

CC JORGE LUIZ MESQUITA DE MEDEIROS

A AMAZÔNIA AZUL E A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA:

A Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (FN-RM1) Rudbert Killian Júnior

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2008

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	O PETRÓLEO E O GÁS	4
2.1	A busca pelo petróleo no mar	4
2.2	O gás natural	5
2.3	O petróleo e o gás natural na matriz energética brasileira	6
3	UM RECURSO QUE GERA COBIÇA	7
3.1	O surgimento de um clima de conflito	8
3.2	Um recurso que está escasseando	10
3.3	A defesa dos interesses brasileiros	11
3.4	Nossa responsabilidade sobre o mar	13
4	CONCLUSÃO	15
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

O território marítimo brasileiro, chamado de Amazônia Azul, cuja extensão é de cerca de duas vezes a área do estado do Amazonas, encontra-se no foco da mídia. Fisicamente, esta área é a soma de nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da extensão da nossa Plataforma Continental, uma área de aproximadamente 4.500.000 km². A Amazônia Azul é uma região de grande concentração de recursos econômicos, dentre os quais, podemos citar: a grande concentração de recursos vivos e de vários minerais economicamente aproveitáveis, dentre os quais o mais importante, no momento, para nossa economia é o petróleo, encontrado em diversas províncias geológicas, dentre as quais podemos citar as bacias de Campos e a bacia de Santos, com suas mais recentes descobertas de óleo leve nas camadas de pré-sal, nos campos de Tupi e de Júpiter, com grande potencial de exploração.

O petróleo, além do gás natural, é um importante recurso para as economias modernas por terem grande participação na geração de energia em todos os países. O problema é que esses combustíveis, uma vez extraídos, não se renovam, ou seja, são recursos finitos, não durarão para sempre.

Quando temos um cenário em que os recursos tornam-se escassos, como é o caso do petróleo e do gás natural, e há vários interessados neles, tem-se uma situação de crise.

Ao se descobrirem essas novas reservas de petróleo e de gás natural, temos, em nossas mãos um problema que é a defesa desses recursos, pois a sua escassez, aliada à sua demanda, gerará a cobiça de potências estrangeiras em torno desses recursos.

O propósito deste trabalho é apresentar a importância do petróleo encontrado na Amazônia Azul e o que a Marinha do Brasil pode fazer a fim de defender essa imensa riqueza.

2 O PETRÓLEO E O GÁS

Não há dúvida de que o recurso mais importante da nossa Amazônia Azul é o petróleo. Sabemos, também que esse recurso, no mundo, está escasseando. Sua demanda, como fonte de energia e como matéria-prima para a indústria vem aumentando e seus preços saltam, a olhos vistos.

O autor Vidigal (2006) diz que quando abastecemos nossos veículos, e fazemos isso com certa regularidade, não estamos preocupados com racionalidade, estamos interessados em nosso bem-estar. Assim, embora com o petróleo ainda sendo abundante, estamos levando-o a um esgotamento. Esse recurso talvez esteja disponível, somente, até 2044.

Ele também diz, em seu livro “Amazônia Azul - o mar que nos pertence” que o respeitado World Resources Institute considerou que o ápice da era do petróleo iria ocorrer quando houvesse sido consumida a metade das reservas conhecidas desse recurso, no ano de 2007. O supracitado instituto estimou que a relação reserva-produção (reservas provadas, em barris, divididas pela quantidade de barris consumidos em um ano) para o petróleo no mundo seria de 29 anos. A relação para o gás natural, por esse mesmo instituto, seria de 65 anos.

2.1 A busca pelo petróleo no mar

Desde o final da década de 1960, a Petrobras vem intensificando a exploração de petróleo no mar, com sua exploração tendo início no fim da década de 1970, no campo de Enchova.

Com relação à produção de petróleo em águas profundas, o autor Vidigal diz:

Já há algum tempo decidida pela exploração no mar, em 1986, a empresa juntou vontade e capacidade para criar o primeiro Programa de Capacitação Tecnológica em águas Profundas (Procap).

O Procap, a partir de 1993, inseriu-se em um contexto mais amplo, com outros programas tecnológicos que consistem em uma carteira de projetos de pesquisas, desenvolvimento e engenharia, executados Cenpes e por outros órgãos da empresa. (Vidigal, 2006, p. 133)

Tendo início em 1986, o Procap vem obtendo grandes progressos, a exploração do petróleo, no mar, vem atingindo águas cada vez mais profundas.

O autor Vidigal diz:

Os resultados do Procap indicam radicais mudanças, como redução dos custos da indústria, mais competência profissional, seguranças operacional e ambiental, e

tornaram factível e economicamente viável o desenvolvimento de um grande número de campos em águas ultraprofundas em todo o mundo.

Os programas do Cenpes, executados por 1.500 cientistas e técnicos em 150 laboratórios e trinta unidades-piloto, resultam em mais de quinhentas invenções registradas no Brasil que, somadas às patentes internacionais, muitas depositadas em vários países, elevam o montante para 950 itens. [...]

Um exemplo de parceria é a da Petrobras com a Coppe, na formação de recursos humanos, estudos estratégicos, prospecção tecnológica e inovação para as indústrias de petróleo e gás e seus derivados (Vidigal, 2006, p. 135).

Podemos concluir que a Petrobras está preocupada em explorar os recursos da Amazônia Azul, não simplesmente importando tecnologia, mas criando a sua própria. Investindo em cérebros brasileiros que estão desenvolvendo a tecnologia necessária para que seja possível vencer a barreira das grandes pressões e baixíssimas temperaturas que são encontradas nas grandes profundidades em que essa empresa busca o petróleo que é tão importante para a economia do Estado brasileiro além, é óbvio, da geração de novos empregos, tanto os diretos, quanto os indiretos, através das novas empresas, além das já existentes, que trabalham em parceria com a nossa grande estatal do petróleo.

Com essas novas descobertas, novas pesquisas e explorações tendem a crescer. Novos investimentos precisam ser feitos no mar até que se chegue ao limite da plataforma continental brasileira

2.2 O gás natural

Um outro recurso igualmente importante para nossa economia, principalmente por estar ligado ao setor energético é o gás natural, também encontrado em grandes reservas, na nossa Amazônia Azul

Sobre esse recurso, o autor Vidigal (2006) diz que na bacia de Santos, ao sul do litoral do estado do Rio de Janeiro, foram descobertas reservas, provadas, em 2004, de 245,34 bilhões de metros cúbicos (de acordo com o MME).

E continua, dizendo que a exploração do gás da bacia de Santos somente será possível a partir de 2008 ou 2009 e que sua viabilidade econômica seria compensada com uma produção mínima de 30 milhões de metros cúbicos por dia.

Ele acrescenta que não se pode esquecer que o estado de São Paulo, que possui o maior parque industrial do Brasil, é um grande consumidor do gás natural.

Portanto, temos que ter em mente que o gás natural é um recurso cuja importância não pode ser deixada de lado, pois pode substituir os derivados do petróleo tanto como combustível para veículos, quanto como insumo para a geração de energia, além de sua queima ser menos agressiva ao meio ambiente.

2.3 O petróleo e o gás natural na matriz energética brasileira

O Ministério de Minas e Energia - MME vem promovendo diversos estudos e análises com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas energéticas, bem como orientar a definição do planejamento setorial. Tais estudos e análises são regularmente documentados por meio de relatórios e notas técnicas, alguns de grande relevância para a compreensão do setor energético nacional

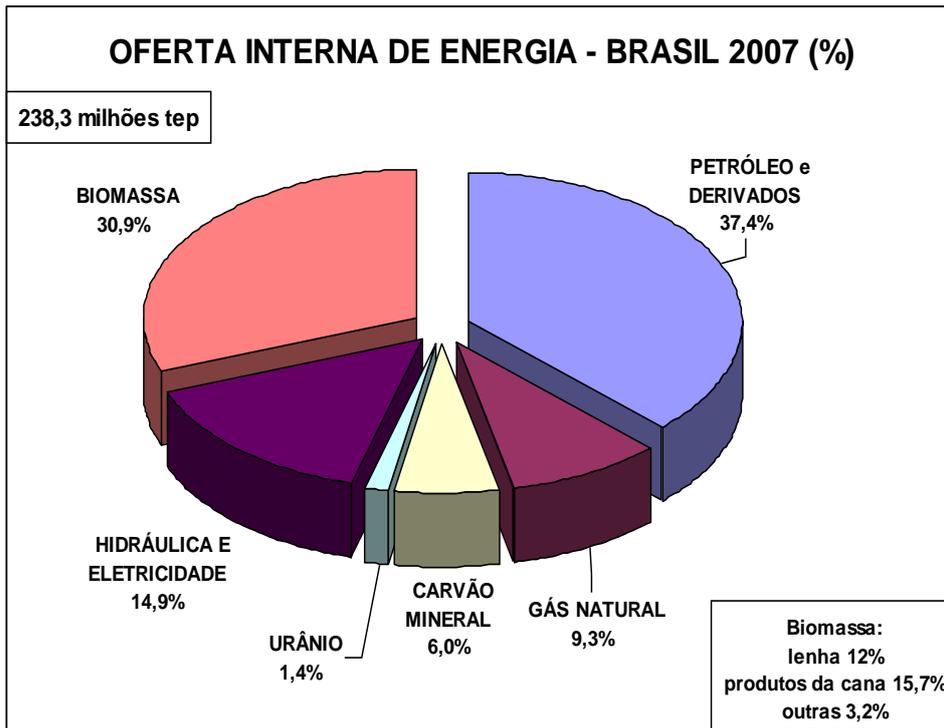
Segundo a resenha elaborada pelo MME, a demanda total de energia no Brasil (OIE) em 2006 atingiu 226,1 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), esse montante é 3,4% superior à demanda verificada em 2005 e equivalente a cerca de 2,9% da energia mundial.

Essa resenha mostra uma queda na participação da energia não renovável em 2006 se deu em função do pequeno crescimento dos derivados de petróleo (0,9%) e na redução do consumo de carvão mineral em 1,3%, esta em razão do desempenho negativo da produção de aço.

Continua, a resenha, dizendo que o gás natural é o recurso que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na matriz energética, tendo quase triplicado a sua participação nos últimos anos, de 3,7% em 1998, para 9,6% em 2006. O reflexo deste aumento recai, principalmente, sobre os derivados de petróleo - pela substituição de óleo combustível e gás liquefeito de petróleo - GLP na indústria, e de gasolina no transporte, além de outras substituições em menor escala.

Dizer que a participação do petróleo e de seus derivados na matriz energética brasileira vem diminuindo é apenas em termos relativos, pois o consumo desse recurso, em termos absolutos, aumenta na medida em que a economia está aquecida e mais fontes de energia são necessárias para a geração de energia e, também, como, também, para o fornecimento de combustíveis para a crescente frota de veículos. Cabe lembrar que tanto o petróleo quanto o gás natural produzidos no Brasil, são retirados, em sua maior parte, da Amazônia Azul.

A matriz energética brasileira pode ser visualizada no gráfico abaixo, com dados relativos ao ano de 2007 do MME.



Fonte: Ministério das Minas e Energia

3 UM RECURSO ESCASSO QUE GERA COBIÇA

Na área da Amazônia Azul, encontramos numerosas riquezas, entre elas o petróleo e o gás natural, que são extraídos em campos situados, principalmente, no litoral do estado do Rio de Janeiro, além de uma variedade imensa de espécies de peixes economicamente aproveitáveis. Todas essas riquezas despertam a cobiça de potências estrangeiras. Essas riquezas, segundo Klare, representam os interesses nacionais, interesses, esses, que precisam ser protegidos dessa cobiça, pois sabemos que a cobiça vem a gerar conflitos.

O autor Klare (2001) diz que a demanda global para muitos materiais chave está aumentando a uma razão insustentável. Conforme a população humana cresce, as sociedades requerem mais de tudo (alimentos, água, energia, madeira, minerais, fibras, etc) para satisfazerem as necessidades básicas de materiais. Alguns países consomem mais que outros – os Estados Unidos da América (EUA) consomem, sozinhos, 30 por cento de todos os materiais usados pela população humana, mas quase todas os países estão aumentando seus consumos de materiais.

Segundo esse autor, o crescimento da demanda por recursos é guiada pelo dramático crescimento da população humana. Durante os últimos 50 anos, a população humana saltou de 3 bilhões, em 1950, para mais de 6 bilhões, em 1999. Esta elevação da população

naturalmente envolve um aumento mundial da industrialização para, cada vez mais, poder atender às necessidades pessoais, isso ocasiona um insaciável apetite por energia.

Com isso podemos concluir que o aumento da população humana, fez com que houvesse um crescimento industrial para que fosse possível atender às necessidades dessa população. Ora, as indústrias necessitam de dois recursos importantíssimos, ou seja, matérias-primas e energia. O petróleo e o gás natural são responsáveis por 56,2 por cento da oferta mundial por energia¹. Com as demandas mundiais em crescimento, cada vez mais energia será necessária para sustentar a economia mundial.

O autor Klare (2001) diz que o aumento da demanda por energia e bens de consumo é mais evidente na Ásia, onde o ritmo de crescimento econômico e de industrialização tem sido especialmente intenso.

Esse autor continua, dizendo que muitos especialistas acreditam que a economia chinesa continuará em rápida expansão nas próximas décadas. De acordo com a última previsão do Departamento de Energia dos EUA (DoE), o consumo de energia da China crescerá aproximadamente 4,3 por cento ao ano entre 1997 e 2020, cerca de quatro vezes a razão de crescimento na Europa e nos EUA, o que acarretará um aumento no consumo de petróleo de 150 por cento, e de gás natural em mais de 1.100 por cento. Um padrão semelhante de crescimento, semelhante ao da China, segundo o DoE, será verificado em países como a Índia, com 3,7 por cento, o Brasil, com 3,4 por cento e o México, com 3 por cento.

Podemos concluir que a demanda global por recursos continuará a crescer nas próximas décadas. Esse crescimento será guiado pela combinação do aumento da população e pela expansão econômica. Acompanhando esse crescimento populacional e econômico virá, também um crescimento na renda per capita, o que acarretará em um aumento no consumo, portanto uma maior demanda por fontes de energia.

3.1 O surgimento de um clima de conflito

A expansão da demanda mundial por recursos energéticos a escassez desses recursos e a proliferação de contestações quanto à posse tendem a ser pontos de conflitos no sistema mundial. Os dois primeiros intensificarão a competição entre estados quanto ao acesso a recursos vitais. O terceiro virá a criar novas tensões.

¹ MOREIRA, 2006, p. 258

Cada fator reforçará as tendências de desestabilização dos outros, ou seja, conforme cresce o consumo de recursos, a escassez surgirá mais rapidamente e os governos se verão mais pressionados a resolver esse problema a qualquer custo. Isso aumentará a tendência dos estados a buscarem o máximo controle sobre fontes de suprimentos onde haja contestação, desse modo aumentando o risco de choques entre países que dividem ou reivindicam um depósito de algum tipo de recurso.

O mesmo autor diz que enquanto mercados e globalização podem evitar a violência em muitas ocasiões de escassez, há situações em que eles podem falhar. Quando isso acontece, disputas sobre o acesso aos recursos críticos (ou extremamente valiosos) podem levar a conflitos armados. Tais conflitos podem ocorrer por um esforço pelo controle sobre um recurso específico, uma disputa territorial sobre áreas de fronteiras contestadas ou zonas econômicas exclusivas (ZEE).

Ele ainda diz que a história da humanidade tem registrado grandes sucessões de guerras por recursos.

O autor Klare (2001) aborda esse assunto dizendo que nada é mais provável provocar o conflito entre estados no século XXI do que o petróleo. O petróleo destaca-se de outros materiais como a água, os minerais, a madeira. Nenhuma sociedade altamente industrializada pode sobreviver presentemente sem fontes substanciais de petróleo e, assim, a busca pela disponibilidade continuada deste recurso provocará uma crise e, em casos extremos, provocará o uso de forças militares. Ações como estas podem ocorrer em algumas das principais áreas produtoras de petróleo [...]. Grandes ou pequenos, os conflitos ligados ao petróleo constituirão uma característica significativa do ambiente de segurança global nas décadas por vir.

Diz, ainda, ele que o petróleo tem sido a origem de conflitos, no passado. Muitas das batalhas importantes da 2ª Guerra Mundial (1939 - 1945) provocadas pelo Eixo foram na tentativa de obter o controle sobre suprimentos de petróleo localizados em áreas controladas pelos seus adversários. A busca por maiores reservatórios. Mas conflitos ligados ao petróleo não são um fenômeno simplesmente do passado, havendo o aumento da demanda mundial por energia e existindo a possibilidade de interrupções no fornecimento, podem-se provocar conflitos ligados ao petróleo, no futuro.

Voltando, a um passado recente, o autor fala que a resposta dos EUA, ao “choque do petróleo” de 1973-1974, não foi limitada a medidas defensivas. Num primeiro momento, altos funcionários falavam do uso da força para proteger o fornecimento vital de petróleo do período de paz a fim de garantir a estabilidade da economia. Especificamente, os políticos

começaram a considerar a intervenção militar dos EUA no Oriente Médio para prevenir qualquer interrupção do fluxo de petróleo do golfo Pérsico. A princípio tratadas de modo restrito, essas deliberações tornaram-se públicas quando, em 1975, Henry Kissinger, então Secretário de Estado, disse aos editores de *Business Week* que os EUA estavam preparados para a guerra pelo petróleo.

Analisando os parágrafos acima, podemos concluir que, no caso de haver uma interrupção do fornecimento de petróleo, os EUA estavam prontos para uma intervenção direta, no Oriente Médio, ou seja, com o envio de tropas a fim de protegerem os seus interesses, naquela região, ou seja, a regularidade do fornecimento de petróleo, a fim de que a regularidade da sua economia fosse mantida, não sendo afetada por uma interrupção no fornecimento do petróleo.

3.2 Um recurso que está escasseando

Conforme os campos de petróleo mais antigos se exaurem, o foco, na competição mundial por petróleo, aumenta sobre as poucas áreas que contêm suprimentos significativos de petróleo. Essas áreas adquirirão um aumento nas suas importâncias estratégicas, assim como as rotas para o transporte desse petróleo para os distantes mercados.

Conflitos armados também são possíveis em casos de disputa de áreas de fronteiras ou áreas produtoras de petróleo no mar onde haja contestação, áreas essas onde se acredita haver uma grande concentração de petróleo. E ele continua dizendo que o estabelecimento de zonas econômicas exclusivas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) também criou desavenças sobre áreas fronteira no mar onde há produção de petróleo, como, por exemplo os conflitos no Golfo Pérsico, no Mar Cáspio, Mar Vermelho e Mar da China.

Um conflito recente que envolveu, principalmente, a intervenção militar dos EUA foi a Guerra do Golfo, de 1991, quando aconteceu a operação “Tempestade no Deserto”, onde foram empregados armamentos de alta tecnologia nessa ofensiva.

Verificando os assuntos tratados nos parágrafos anteriores, escritos com base na obra “Resource War”, escrita em 2001 por Michael T. Klare, podemos verificar que a escassez de recursos pode vir a causar conflitos. Os conflitos não necessitam ser armados, mas existe a possibilidade de esses conflitos evoluírem e se tornar necessária a intervenção armada.

Essa obra foi escrita no ano de 2001. Àquela época, não haviam sido descobertas as grandes reservas, de petróleo e gás natural, da Bacia de Santos. Esses campos ficam localizados na ZEE do Brasil. A ZEE é um conceito contido na Convenção das Nações

Unidas sobre o Direito do Mar, da qual o Brasil é signatário, mas nem todos os países do mundo o são, dentre eles, estão grandes potências, entre as quais os Estados Unidos da América, que são grandes consumidores de petróleo que, embora estejam realizando pesquisas por fontes alternativas de energia, ainda são grandes dependentes desse recurso para manterem suas economias em funcionamento.

Mas não é somente petróleo e gás natural que são encontrados na ZEE brasileira, grande quantidade de recursos vivos, que podem ser aproveitados economicamente além de outras riquezas minerais. Conforme noticiado no jornal O Globo, em 31 de março de 2008, que o fundo do mar brasileiro guarda um tesouro incalculável, que não se resume a petróleo e gás natural. Em uma gigantesca área do mar territorial e da plataforma continental, correspondente a 40 por cento do território brasileiro, encontra-se uma variedade de minerais. Existem, pelo menos 17 tipos, entre eles estão: ferro, níquel, carvão, estanho, ouro, diamante, calcário, areia, fósforo e cobre. Governo e empresas estão percebendo o potencial econômico desses recursos cujos conhecimentos ainda não é preciso. Além disso, a Marinha do Brasil considera a exploração mineral em alto mar como componente de objetivos políticos e estratégicos.

Ainda nessa reportagem, O Globo informa que vários órgãos federais começaram a desenhar o mapa desse tesouro, a fim de tentar mensurá-los e estabelecer estratégias para sua exploração econômica.

Nessa reportagem, o jornal O Globo contribui para a divulgação, à sociedade brasileira, do que vem a ser a Amazônia Azul e a sua importância para a economia brasileira, diz, ainda, esse jornal que, em 1997, teve início o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac), mas foi, somente, no ano de 2005 que esse programa começou, efetivamente a se desenvolver. Seu objetivo é a retomada das pesquisas geológicas na plataforma continental, interrompidas nos anos 1970.

3.3 A defesa dos interesses brasileiros

Como já dito, a Amazônia Azul brasileira possui uma concentração de inúmeros recursos minerais economicamente aproveitáveis além, é óbvio, dos imensos bolsões de petróleo e de gás natural, recentemente descobertos, podem, tendo em vista o esgotamento, das reservas já existentes, destes dois últimos recursos, além dos constantes aumentos em seus preços, podem vis a despertar a cobiça de potências estrangeiras.

Diz o autor Vidigal:

De acordo com a legislação internacional, temos o direito de exploração dos recursos econômicos em uma enorme área marítima, que pode vir a alcançar 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Por sua extensão e riqueza, uma verdadeira *Amazônia Azul*.

Esse mesmo mar, via que ontem trouxe os colonizadores, amanhã pode ser o caminho usado por agressores. É ilusão acreditar que não há ameaças na atualidade. Elas existem e, no que concerne ao mar, seria uma irresponsabilidade ignorar a necessidade de uma Marinha poderosa, capaz de inibir agressões pela dissuasão ou, falhando esta, de conter os agressores (Vidigal, 2006, p. 257).

Conclui-se que, de certa forma, o autor Vidigal tem um pensamento alinhado com o do autor Michael T. Klare, quando afirma que reservas de recursos importantes podem atrair a cobiça de potências estrangeiras, que essas potências venham a ter interesse em se apossar dessas riquezas, riquezas essas que, no mundo estão ficando cada vez mais escassas.

Reforçando a conclusão acima, o autor Vidigal (2006) também que a Política (de governo) reconhece que não percebe que existem ameaças externas, já que não participamos, por longos períodos de tempo, de conflitos externos que viessem a afetar, de modo direto, o território brasileiro. A Política, entretanto, considera que o Brasil não pode ter a pretensão de alcançar e manter seus interesses sem que haja disputa ou antagonismos. Não pode esquecer que, nas próximas décadas, poderão acontecer conflitos internacionais por conta de áreas e recursos marítimos, por demais recursos como água doce e energia, cada vez mais escassos. Alerta, também, para o fato de que países com grande quantidade de biodiversidade de recursos naturais acabam por tornarem-se vítimas da ambição internacional.

E ele continua dizendo que quanto à orientação estratégica em relação ao mar, a Política recomenda que o país deve dispor de “meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como [de] manter a segurança das linhas de comunicações marítimas”. Como diretrizes, há a determinação do aprimoramento da vigilância, do controle e da defesa das águas jurisdicionais, o aumento da presença militar na área estratégica do Atlântico Sul e a proteção das linhas de comunicação vitais para o país.

Verifica-se a preocupação do autor Vidigal com relação à proteção às áreas de interesse do Brasil e que podem vir a serem ameaçadas por potências estrangeiras. A presença militar nessas áreas é necessária, para mostrar a essas potências que estamos atentos, preocupados com o aquilo que nos pertence. A presença militar nessas áreas é importante, pois mostrando a nossa bandeira, estamos mostrando ao mundo que estamos defendendo aquilo que é nosso.

A preocupação é válida na medida em que, ao verificarmos a Estratégia de Defesa Nacional (dos EUA), vemos que os seus interesses incluem a própria proteção e a de seus aliados de ataque ou de coerção, promovendo a segurança internacional e apoiando os

conflitos e promover o crescimento econômico; garantir, a nível mundial, os bens e o acesso aos mercados mundiais e recursos.

A fim de alcançar estes interesses, os EUA têm desenvolvido capacidades militares, alianças e coalizões; participado da segurança internacional e apoiado as instituições econômicas; usado a diplomacia e o poder brando para moldar o comportamento de cada Estado e do sistema internacional; bem como utilizado a força quando necessário. Estas ferramentas ajudam a formar o quadro estratégico que os Estados Unidos da América planejam para o futuro e ajudá-los a atingir os seus objetivos.

3.4 Nossa responsabilidade sobre o mar

O autor Vidigal (2006) afirma que muitos atores têm responsabilidade sobre o mar. Com relação à defesa, esse papel cabe à Marinha, pois é ela que dispõe dos meios adequados para atuar na Amazônia Azul. Ele continua dizendo que, na atualidade, o papel das Forças Armadas não se restringe, apenas, à defesa do país contra ameaças externas. Esse papel se entende ao período de paz. O Brasil usa a expressão *emprego político do poder militar* para definir as tarefas das Forças Armadas no período de paz, como um instrumento permanente da política do Estado.

Ele cita as tarefas da Marinha:

Para nossos propósitos, dividimos aqui as tarefas da Marinha em dois grandes grupos:

- aquelas voltadas para a guerra, isto é, operações militares de combate; e
- aquelas voltadas para as atividades de paz, caracterizadas como emprego político do poder (alguns autores preferem a expressão *diplomacia naval*).

E continua:

Registre-se que a legislação brasileira, ao atribuir à Marinha um percentual sobre a produção do petróleo extraído da plataforma continental, reconhece a importância de garantir a proteção às plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás, da plataforma continental. Esses recursos, especificamente destinados à construção e à operação de navios e unidades de patrulha, infelizmente vêm sendo contingenciados, privando a Marinha dos meios para o cumprimento dessa tarefa. Os próprios recursos orçamentários destinados ao reaparelhamento, à manutenção e ao adestramento da força naval vêm sendo paulatinamente reduzidos desde 1995, atingindo, hoje, valores irrisórios e absolutamente insuficientes. (Vidigal, 2006, p. 259).

Dessas citações, pode-se verificar a preocupação do autor (e por que não dizer: da parcela esclarecida da sociedade brasileira, também?) com relação à situação dos meios navais que irão garantir a defesa das áreas em que se encontram as imensas reservas de petróleo e gás, da Amazônia Azul. Por conta de cortes sucessivos em seu orçamento, a Marinha do Brasil se vê numa situação em que seus meios estão tendo sua capacidade

operativa, de modo preocupante, comprometida. Cada vez menos recursos são destinados tanto para a manutenção quanto para o adestramento. Esses recursos vêm diminuindo ano após ano, pois tem sido dada muita importância pela chamada equipe econômica do governo, para o dito superávit primário, do que pensar na defesa de um patrimônio que, no futuro, trará recursos capazes de fazer com que o país atinja suas metas fiscais sem que seja necessário fazer cortes no orçamento dos diversos órgãos governamentais, principalmente no orçamento da Marinha, pois ela necessita desses recursos para manter uma frota em condições de ser capaz de defender a nossa Amazônia Azul contra a cobiça das potências estrangeiras.

Os constantes cortes no orçamento da Marinha vêm trazendo o que já foi noticiado pela imprensa, de um modo geral, como um sucateamento dessa Força Armada. Isso é péssimo, pois o país perde, ou pelo menos vê diminuída, a sua capacidade de defender a Amazônia Azul, seja pela ação de presença ou pela capacidade dissuasória.

A respeito disso, o autor Vidigal fala que entre as vulnerabilidades existentes, estão a nossa dependência do tráfego marítimo, no comércio internacional; a extensão da nossa ZEE e de nossa plataforma continental; a importância, que tem para o país, do petróleo e do gás natural que são produzidos em nossa plataforma e a concentração de nossa população e das principais indústrias na faixa litorânea, portanto vulneráveis a ataques provenientes do mar.

Esse autor também diz que a patrulha naval é essencial para garantir a proteção das águas jurisdicionais. Ele também fala da necessidade de navios com grande autonomia e que sejam, também, capazes de desenvolver grandes velocidades por determinado período de tempo a fim de perseguirem embarcações suspeitas.

Segundo esse mesmo autor, o submarino é, por sua natureza, uma excelente arma para ser usada contra um oponente mais forte. Ele é adequado para atacar o tráfego marítimo e as forças inimigas. Uma grande capacidade de dissuasão virá de uma força de submarinos dotada de sistemas de armas modernos, bem adestrada. A principal arma dessa força seria o submarino de propulsão nuclear.

Sabemos que países mais fracos que o nosso não iriam se aventurar em alguma tentativa de agressão ao nosso território, motivados pelas riquezas de nossa Amazônia Azul. Esse tipo de empreitada seria realizado por potências mais fortes, cujas economias necessitam de *commodities* como petróleo e gás natural, tanto para a geração de energia quanto como matérias-primas para suas indústrias ou como combustíveis para seus veículos..

O que fazer, então, para defendermos essa imensa área?

Conforme a Doutrina Básica da Marinha (DBM), a Marinha do Brasil, tem como sua missão: “Preparar e aplicar o Poder Naval a fim de contribuir para a Defesa da Pátria”. Portanto, faz

parte do cumprimento da missão da Marinha a defesa da Amazônia Azul. Porém, é difícil, para essa Força Armada, a defesa da imensa área da nossa ZEE, acrescida da extensão da plataforma continental, afinal, a área é de, aproximadamente, 4,5 milhões de quilômetros quadrados a serem patrulhados pelos já deficientes meios navais. O termo deficiente refere-se à quantidade insuficiente de navios-patrolha.

Para mostrar a sua presença, na Amazônia Azul, a Marinha possui, atualmente, dezoito navios-patrolha, distribuídos pelos cinco Comandos de Distritos Navais cujas localizações estão nos litorais dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte e Pará. Considerando-se os 4,5 milhões de quilômetros quadrados dessa região, cada navio teria uma média de 250 mil quilômetros para patrulhar. Esse raciocínio vale para todos os navios, simultaneamente, operando no mar. Sabemos que isso não é possível. A Marinha necessita de um aumento substancial no quantitativo de navios-patrolha. Um quantitativo de 48 navios-patrolha é o que vem sendo vislumbrado pelo Comando dessa Força na sua mais recente versão do seu programa de reaparelhamento, conforme a palestra realizada, no corrente ano, na Escola de Guerra Naval (EGN) aos Oficiais Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) cujo tema versou sobre o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), proferida pelo CA FRADE e, finalmente, mas graças às recentes descobertas das imensas reservas de petróleo e gás, na camada pré-sal, o governo brasileiro se sensibilizou para essa necessidade e num futuro não muito distante, teremos os meios necessários para efetivamente patrulharmos a nossa Amazônia Azul. Evidentemente que a área em que deve haver uma maior concentração desses meios é a área das plataformas de petróleo da bacia de Campos e, futuramente, da bacia de Santos, onde terá início a produção de petróleo oriundo dessa província geológica.

Mas somente a vigilância, por meio dos navios-patrolha, não é suficiente para fazer com que as potências estrangeiras não venham a nos fazer ameaças, por conta da cobiça a essas riquezas. É necessário que se conclua o projeto do submarino de propulsão nuclear, pois esse é o meio, por excelência, para o desempenho de uma das tarefas básicas³ do Poder Naval, ou seja, contribuir para a dissuasão, além da incorporação de novos meio de superfície e da revitalização da indústria de defesa brasileira, pois não podemos ficar vulneráveis a boicotes de países estrangeiros quanto ao fornecimento de material bélico e sobressalentes para nossas Forças Armadas, temos, sim, que desenvolver a necessária tecnologia de material bélico para fazermos a nossa independência nesse setor.

4 CONCLUSÃO

A Amazônia Azul é uma imensa área que, pelas suas imensas riquezas, é a solução para a maioria dos problemas brasileiros. Por outro lado, essa imensa concentração de recursos tornou-se um problema, na medida em que, esses recursos vêm se escasseando no mundo, a exemplo do petróleo, e ainda não foi encontrado um substituto que venha a satisfazer as necessidades mundiais tanto como base da matriz energética quanto como matéria-prima para a indústria de química fina, além de fornecedor de combustíveis para diversos tipos de veículos, em outras palavras: a mola mestra da economia mundial.

Uma área que certamente gerará a cobiça mundial pelos recursos nela depositados. Essa área deve ser protegida e a melhor maneira de fazê-lo é ter uma Marinha forte e bem adestrada, a exemplo da consolidação da Independência do Brasil, essa Marinha, mais uma vez, consolidará a nossa independência, só que, desta vez, será uma independência econômica, não permitindo que potência estrangeira, de espécie alguma, venha a fazer uso indevido de nossas riquezas, riquezas essas que foram conquistadas com muito trabalho da Marinha do Brasil em conjunto com instituições civis, um trabalho que exigiu a dedicação de muitos brasileiros, tanto os que realizaram os trabalhos de campo, a bordo dos navios, realizando as coletas de dados, quanto aqueles que trabalharam em terra, realizando os trabalhos de pós processamento que deram sustentação à reivindicação brasileira sobre a extensão da plataforma continental, que foi enviada à Comissão de Limites da Plataforma Continental, da ONU. Houve contestação, em parte do trabalho, por aquele órgão, mas a área em que foram encontrados os grandes reservatórios de petróleo, estão na região em que o trabalho foi aceito.

Caberá a nós, brasileiros, o ônus da defesa dessa imensa região. A sociedade brasileira deve entender que a Marinha do Brasil deve ser contemplada com um aporte de recursos que lhe permita efetuar o seu reaparelhamento e manter-se em constante adestramento a fim de que ela possa fazer-se presente em nossas águas, vigiando a nossa Amazônia Azul, fazendo-se presente nela, mostrando ao mundo o nosso pavilhão verde e amarelo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado-Maior da Armada, Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Minas e Energia, Resenha Energética Brasileira do Exercício 2006. Disponível em <http://www.mme.gov.br/site/menu/select_main_menu_item.do?channelId=1432&pageId=7523> Acesso em 21, agosto, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em <<http://www.defenselink.mil/pubs/2008nationaldefensestrategy.pdf>> Acesso em 22, agosto, 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Normalização de publicações técnico-científicas. 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

KLARE, Michael T. Resource wars. New York: Henry Holt and Company, 2001.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. 2 ed. São Paulo, 2008.

PAUL, Gustavo. Amazônia Azul. O Globo, Rio de Janeiro, 31, março, 2008. Economia, p. 16.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. Amazônia Azul: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.